



## A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: CAMINHOS DA EFETIVAÇÃO DA LEI 11.645/2008

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3848

Daniella Castellini Nunes, UEM

### Resumo

O artigo apresenta resultados de análise do livro didático *Pequenos Exploradores*, adotado nas escolas municipais da cidade de Maringá, utilizado pelos professores e o aluno de 4º e 5º ano, do Ensino Fundamental, dos anos iniciais, volume único, primeira edição, de 2014, pela Editora Positivo. O livro está indicado para o uso da História do Paraná, por meio de conteúdos de Geografia, História, Arte e Cultura Regional. O principal aspecto a ser analisado, neste trabalho, relaciona-se com a temática *História e Cultura Indígena* presente em suas unidades didáticas. Através da análise do tema, objetiva-se compreender como estão sendo tratadas as questões históricas e culturais da população indígenas no município de Maringá, no Paraná. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para subsidiar o estudo da fonte. Conclui-se que se faz necessário aprofundamento das reflexões e de estudos referentes à história e cultura indígena que caracterizam a formação da população brasileira e a Lei 11.645/2008, é necessária e importante para que enquanto professores possam refletir a questão dos conteúdos a serem ministrados nas escolas e direcionar o olhar para os indígenas como grupos étnicos, atuantes na sociedade e que estão em constantes lutas pelos seus direitos.

### Palavras Chave:

História do Paraná;  
Ensino de História e  
Cultura Indígena;  
Maringá, Escolas  
Municipais.

## Introdução

Em 2008, mediante a Lei Nº 11645/2008, estabeleceu-se a obrigatoriedade do *Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, público e privado nacionalmente, por meio da inclusão dessa temática no currículo escolar. Conforme estabelecido no art. 26-A, a lei prevê que conteúdo programático:

[...] incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2008, s/p).

Na cidade de Maringá, essas questões relacionadas à implementação da referida lei iniciam-se com discussões sobre o currículo do município por volta de 2010. Tais discussões resultaram na prescrição, no ano de 2012, do *Currículo da Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental*. Após a publicação do documento, a Secretaria municipal de Educação da cidade dispõe, para pesquisa e orientação da prática pedagógica dos professores municipais, as diretrizes sobre os eixos norteadores para os anos iniciais na qual consta a indicação do estudo da “valorização e a contribuição do povo africano, dos afro-brasileiros e dos indígenas”, amparadas na referida lei.

Além do documento curricular, em 2014, os professores da rede municipal, na avaliação de livros didáticos indicados pelo Plano Nacional do Livro Didático adotaram o livro de história regional *Pequenos Exploradores* para uso

disciplinar de Geografia, História, Arte e Cultura. Dividido em duas partes, esse livro apresenta conteúdos vinculados ao tema que a lei remete como sendo obrigatória. Por seu intermédio verifica-se que a temática indígena recebe atenção e sugere a possibilidade de estudar a História e Cultura Indígena.

Refletir sobre a narrativa que está presente no livro em questão sobre o tema da história e cultura indígena é o interesse deste trabalho. Uma vez que a existência da Lei 11.645/08 colocou este desafio para os professores da educação básica e, nesse sentido, é possível afirmar que o tema da História e Cultura Indígena está sendo tratado na prática escolar dos professores do município de Maringá sob orientação desse livro, que passou a ser utilizado a partir de 2016. Presente em todas as bibliotecas das escolas do município de Maringá, fornecido para alunos, o referido livro escolar torna-se um importante objeto de análise para os interesses desta pesquisa.

A escolha do livro didático como fonte de investigação indica alguns pressupostos metodológicos. As práticas cotidianas desenvolvidas pelos professores – compreendidos como atores sociais – apresentam características de construção de reconstrução dos conteúdos propostos nos livros didáticos. Além disso, existe uma estreita relação entre a elaboração dos programas/curriculos de ensino, com a construção dos livros didáticos, o que permite pensar no conjunto das diretrizes de conteúdos propostos num determinado momento histórico. No entanto, a maneira como os conteúdos são organizados pelos autores dos livros didáticos correspondem a uma forma relativamente autônoma em tratar com temáticas prescritas.

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados da análise procedida com relação ao tema presente na narrativa historiográfica escolar por meio do livro didático adotado. Para tanto,

dividiu-se a análise em três momentos. No primeiro, apresenta-se a organização das unidades didáticas, sua estrutura pedagógica e a anunciação da temática. No segundo, as unidades específicas referentes ao tema História e Cultura Indígena, sua abordagem historiográfica e pedagógica. No terceiro, algumas conclusões relacionadas ao estudo no contexto dos debates atuais sobre os “caminhos” para a efetivação da lei 11.645/2008.

### A história indígena em unidades: dos primeiros tempos aos dias atuais

A construção da representação do índio foi analisada nas duas partes que compõe o livro didático em análise. Verifica-se que o livro *Pequenos Exploradores*, destinado aos 4º e 5º ano do ensino fundamental, escrito por Wilma de Lara Bueno, Berenice Bley Ribeiro Bonfim e Pedro Machado de Almeida<sup>1</sup>, e editado pela Positivo, em 2014, trata do conteúdo disciplinar de História, na primeira parte; e de Geografia na segunda parte. Em sua totalidade, a História do Paraná, está dividida em oito unidades didáticas, subdivididas em capítulos que indicam uma temporalidade que vai tratar do ponto inicial da história indígena (primeiros tempos) até a ocupação do espaço paranaense.

Para a autora, é importante que

<sup>1</sup>Wilma de Lara Bueno, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atuou na rede pública, coordenando trabalhos e discutindo propostas curriculares com os professores do Ensino Fundamental e Médio. É professora universitária e tem trabalhos publicados no campo da História, Educação e de Relações de Gênero. Berenice Bley Ribeiro Bonfim, Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalhou na Rede Estadual de Ensino, atuando em todos os anos do Ensino Fundamental. Foi membro da Equipe Pedagógica de Ensino Primeiro Grau da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. **Pedro Machado de Almeida**, Licenciado em

os alunos “compreendam as mudanças que acontecem em nossa sociedade” – Brasil - e assim introduz o conteúdo tratando dos “primeiros habitantes de nossa terra, no caso na história do Paraná”. A narrativa didática apresenta os lugares de ocupação dos “primeiros habitantes” no território brasileiro. Os indígenas de diversas nações<sup>2</sup> são considerados os “verdadeiros donos” de todas as matas, de todos os rios, de todos os campos que viviam e pertenciam a estes lugares. Para confirmar sua afirmação insere um mapa que indica como a população indígena estava espalhada pelo território quando da chegada do europeu:

Figura 1: Mapa do Brasil: Nações indígenas



Fonte: VICENTINO, Cláudio. Atlas histórico: Geral & Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 27.

A inserção do mapa – representando os povos na época do “descobrimento” – tem como objetivo demonstrar que cada região era povoada por um grupo com características

Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Turismo com ênfase em Hotelaria pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Ex-professor de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Especializado em Ensino de Geografia pela UEL - Pós-graduação lato sensu.

<sup>2</sup> Nação é conceito utilizado pela autora para definir: conjunto de pessoas, geralmente com as mesmas origens, que falam o mesmo idioma, compartilham os mesmos costumes e se mantêm unidas pelos mesmos hábitos e tradições. Os membros de uma nação formam um povo. Por exemplo: os povos indígenas do Brasil são formados por diversas nações ou povos.

diferenciadas, que os povos indígenas não podem ser considerados todos iguais e mesmo os colonizadores tiveram que se adequar aos grupos que tinham contato nas vastas regiões do Brasil. Além disso, a autora procura trabalhar com a temporalidade contemporânea com o fim de que os alunos possam perceber mudanças nessa ocupação espacial nos dias atuais. Por meio da atividade “Hora da Pesquisa”, é solicitado aos alunos que pesquisem em revistas ou jornais atuais os problemas enfrentados pelos indígenas em relação a demarcações de terras.

Para enfatizar “as mudanças que atingiram a sociedade indígena” destaca-se que a questão da retirada dos indígenas de suas terras e criação de reservas tinha com objetivo de confinar os índios em espaços físicos restritos e controlados, de forma que as terras seriam utilizadas para o desenvolvimento nacional, questão fundamentada no art.20, parágrafo 1, letra d, do “Estatuto do Índio, Lei 6.001 (BRASIL, 1973), promulgada no governo de Médiçi, em 1973 e ainda em vigor”.

Reconhecida essas mudanças demográficas da população indígena, a narrativa segue com claro objetivo de enfatizar as informações sobre o modo de viver e a divisão do trabalho entre homens e mulheres, dos grupos Tupi e Jê. A partir dessa unidade, verifica-se a central preocupação da autora com o tema: apresentar a diferença do modo de vida dos povos indígenas com relação ao seu colonizador.

Para reflexão como os povos indígenas viviam, a autora utiliza obras de diversos artistas do final do século XIX que percorreram as terras paranaenses e representaram, por meio de pinturas,

alguns aspectos da vida dos povos mais antigos que foram encontrando, como o inglês Willian Lloyd (1822-1905) e sua pintura “Índios: Província do Paraná”, a imagem do Cacique Pahy dos Guaranis: Kayová do pintor Franz Keller, de 1865, imagem que representa o aspecto da vida do povo kaingang, na província do Paraná representada pelo artista João Henrique Elliot<sup>3</sup>, e a pintura do Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, de Oscar Pereira da Silva<sup>4</sup>, 1922, imagem produzida 422 anos após a chegada dos Portugueses ao Brasil.

É possível perceber a ideia do europeu como sempre inteligente, pesquisador, desbravador, enquanto os indígenas caçam e pescam. Ao relatar o encontro entre portugueses e indígenas, a diferença entre os povos mais uma vez, é a questão da vestimenta, de que os portugueses estavam com roupas, enquanto os indígenas usavam apenas adornos corporais.

Ao discorrer sobre ocupação do território, o tema das Capitânicas Hereditárias é mencionado. A autora discorre sobre que o rei de Portugal, doava os lotes para pessoas de sua confiança, de forma a evitar a presença de outros povos, combater navios estrangeiros, controlar os indígenas que se revoltavam contra o domínio dos portugueses, explorar o pau-brasil, construir capelas e vilas, desenvolver a agricultura.

Para explicar o fracasso das capitânicas hereditárias e a criação do Governo-Geral em 1549, nomeado para a função de governador geral do Brasil Tomé de Sousa, o indígena aparece novamente no contexto da diferença

---

<sup>3</sup>João Henrique Elliot era pintor, desenhista, cartógrafo e escritor. Nasceu nos Estados Unidos, em 1809 e morreu no Brasil, em 1884. Ele chegou ao país em 1825 e retratou os indígenas do Paraná em diversas obras.(BUENO, 2014, p. 16).

<sup>4</sup>Oscar Pereira da Silva: nasceu em São Fidelis, estado do Rio de Janeiro, em 1867. Fez cursos de artes com pintores brasileiros e

também em outros países. Realizou muitas obras no Brasil, onde seu talento e sua dedicação foram reconhecidos, o que lhe rendeu alguns prêmios. Desde criança, mostrou-se interessado pelo desenho e pela pintura. Ainda adolescente, matriculou-se na Academia Imperial de Belas Artes. (BUENO, 2014, p. 29).’

cultural:

Uma das diferenças entre os povos que constituem a sociedade brasileira pode ser observada no modo de vestir. Desde o início da colonização brasileira, essa diferença pode ser notada, como mostra a gravura. De chapéu, está o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa; os padres jesuítas estão de batina; e os indígenas estão representados usando cocares de penas” (BUENO, 2014, p.45).

Além do trabalho rural, menciona também que os indígenas “eram obrigados a executar os trabalhos domésticos e serviços nas lavouras, quais não recebiam pelo trabalho”. Muitos destes indígenas eram capturados em suas aldeias e vendidos para estes fazendeiros. Considera-se que a escravidão dos indígenas teve início com a chegada dos portugueses que os forçavam a trabalhar.

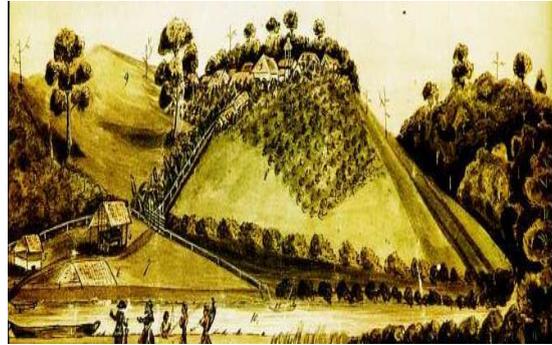
No capítulo 14-Povoamento do Norte, do Oeste e do Sudoeste do Paraná, na página 127, a autora fundamenta que:

A preocupação das autoridades com o povoamento e a ocupação do interior do Paraná teve início em meados do século XIX. Uma das primeiras iniciativas a fundação da colônia militar de Jataí (1851) e dos aldeamentos indígenas de São Pedro Alcântara e São Jerônimo da Serra, no extremo norte do Paraná. Nesses núcleos, entre outros produtos agrícolas, plantava-se café em pequena quantidade, destinado ao consumo da comunidade (BUENO, 2014, p. 127).

Ao representar o povoamento do norte do Paraná, a autora solicita aos alunos que observem a imagem 2, presente na página 127 do livro didático, para que os alunos verifiquem como foram criados estes núcleos de povoamento, quais estão presentes construções de casas, o desmatamento, os cercamentos das terras, o cultivo agrícola. Ao observar estas mudanças, é possível verificar que o

indígena fica a parte destas modificações, pois ele precisa de toda a mata para sua sobrevivência, para poder caçar, pescar, produzir.

Figura 2: Aldeia indígena de São Pedro Alcântara



Fonte: João Henrique Elliot. p.127.

A ocupação do oeste e sudeste do Paraná foram caracterizados por diversas expedições, com o único interesse de descobrir riquezas e a intenção de fundar núcleos populacionais, construir fortalezas, representada na obra de José de Miranda, que mostra diversos indígenas, junto com padres, colonizadores, intitulada como “A expedição de Afonso Botelho na Planície de Guarapuaba”, em 1777. Conforme informa BUENO (2014), de que Afonso Botelho explorou a região, mas não conseguiu naquele momento efetivar o povoamento que pretendia, pelo motivo da resistência indígena.

### **História e cultura indígena: contribuição e diversidade cultural em imagens**

Na Lei 11.645 de 2008, ao estabelecer que nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, serão obrigatórios os estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena, esclarece que o conteúdo programático deverá incluir

“[...] diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no

Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil (BRASIL, 2008).

Ao prover esse aspecto formativo, define no artigo 2º, das diretrizes operacionais para o Ensino da Temática da História e da Cultura Indígena, de que os livros didáticos deverão:

[...] promover positivamente a imagem dos povos indígenas, dando visibilidade à história e à cultura desses povos, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária, que valoriza as diferenças culturais que a constituem, seja no passado, seja nos dias atuais. (CNE/UNESCO, 2011, p. 72).

Toledo (2004), em seu artigo *A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina*, apresenta como na construção da memória histórica escolar, a tese das três raças presente na dissertação de Carlos Frederico P. de Martius ainda é presente entre nós. Segundo a autora, Martius teve uma visão de conjunto sobre a diversidade e sobre os elementos que poderiam ser comuns do país num momento em que se buscava um modelo de como se deveria escrever a história do Brasil. Na interpretação do naturalista a história do Brasil deveria considerar a presença das raças que pra cá vieram e formaram a sociedade, a formação da nação, dividindo-as em três: a raça de cor de cobre ou americana (índio), a branca ou caucasiana (português), e enfim a preta ou etiópica (negro). (TOLEDO, 2004, p.24). Escrita para a elite letrada que compunha o IHBG na época, o que obteve maior visibilidade aos olhos dos membros do instituto foi a predominância do elemento português, cristão e considerado civilizado.

Por meio do olhar europeu, aborígene ficou compreendido como “primitivos habitantes do Brasil”. Tal entendimento tornou-se a memória histórica presente no ensino da história e cultura indígena. Como afirma Francisco Cancela:

Sem despertar muito interesse para os historiadores, suas ações sempre foram identificadas e analisadas à luz da atuação pioneira e heróica do europeu, responsável direto pela implementação de um projeto supostamente civilizatório nas terras conquistadas e colonizadas ao sul do Novo Mundo. (CANCELA, 2016, p.15).

Toledo (2004), afirma que as investigações sobre História e Memória no Brasil estão levando a estudos de revisão historiográfica do período imperial. Nesse campo, estão sendo objetos de análises: o IHBG, o Colégio Pedro II, os manuais didáticos utilizados no século XIX e os historiadores do período. Tal preocupação tem mostrado como o ensino de História nasce sob o império de uma memória. A convergência de interesses em torno da compreensão da representação e da memória diante do conhecimento histórico, que atualmente se verifica, indica como a história e cultura indígena ocupa um lugar nessa memória que se relaciona com as interpretações de Martius. Nesse sentido, destacou-se, no livro didático em análise, dois pontos centrais: a ideia de contribuição do indígena e sua diversidade cultural.

Os índios apreciavam os encantos da floresta que seria devassada pelo homem branco em sua sede de lucros: a frescura úmida das matas, o perfume sempre renovado das flores, o verde dos gramados e das ervas que cobriam o solo, as árvores, os rios e todos os pássaros e animais, sendo alguns peçonhentos e ferozes que aprenderam a caçar. (HELLER, M. I., 2011, apud., ALMEIDA e BONFIN, 2014, p. 187).

O livro didático retrata que a população paranaense é miscigenada, e que diversos povos que aqui habitaram deixaram suas contribuições, como os nativos indígenas, os africanos e asiáticos. E a concepção que prevalece é que os indígenas contribuíram com sua cultura e não que foram constituidores da História do Brasil.

### **O livro didático e o ensino de história e cultura indígena no município de Maringá**

Nesse trabalho, utilizamos o conceito de “apropriação”, desenvolvido por Chartier (1990), para representar a ação dos professores em seus “usos” do livro didático para sinalizar que estamos falando do ensino de História e Cultura Indígena no Município de Maringá por intermédio do livro didático adotado em análise. Tratando-se, portanto, de uma hipótese, sobre como as escolas estão lidando com essa temática na atualidade uma vez que, como já se mencionou, a identificação do texto didático com o que se passava no interior das salas de aula no desenvolvimento das atividades de professores e alunos embora é possível afirmar que existe uma estreita relação entre a prática pedagógica e o saber produzido por meio do livro didático. Entretanto, as práticas cotidianas desenvolvidas pelos professores – compreendidos como atores sociais – apresentam características de construção de reconstrução dos conteúdos propostos nos livros didáticos.

Desde o século XX as políticas públicas educacionais se voltaram para a orientação dos usos do livro didático em nível nacional por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Submetido a avaliação, os livros que chegam as escolas municipais passam pelo trajeto de aceitação de avaliadores e professores das instituições de ensino.

Os livros didáticos imbuídos de uma proposta de ensino e aprendizagem

dos conteúdos escolares apresentam definições educacionais (proposta pedagógica) e historiográficas. Em termos historiográficos é possível afirmar que a percepção do tema história e cultura indígena se realiza por meio da narrativa oferecida pelo livro didático em análise por estar sendo utilizado nas aulas de História do Paraná, especialmente na interdisciplinaridade entre História, Geografia, Artes.

Considerando a análise realizada e descrita anteriormente, a questão conclusiva para este trabalho seria: como são representados os índios no livro didático?

Podemos dizer que um objetivo pedagógico fundamental presente no livro é diminuir o preconceito com vistas ao convívio e aceitação das diferenças culturais. Nesse aspecto surge a representação do índio como contribuinte da cultura e formação social brasileira. Historiograficamente, a abordagem ainda é permeada pela ideia de que os índios, desde a chegada dos europeus, eram ingênuos, incapazes de entender o mundo dos não índios.

É necessário ir para além do livro didático, mesmo sendo uma importante ferramenta de trabalho, o professor como mediador precisa desconstruir posturas conservadoras, de como pensar que a cultura é algo estático, e que os índios estão aculturados, a visão de que o índio é um bom selvagem, defensor e amigo da natureza, de indígenas como seres genéricos. É necessário, ter o conhecimento de que no Brasil temos várias etnias em diversas partes do território como já apresentado neste artigo, além da compreensão de que os índios não estão no passado, mas são integrantes da sociedade atual em diversos lugares do estado brasileiro.

Desta forma, é necessário um aprofundamento das reflexões e de estudos referentes a história e da cultura indígena que caracteriza a formação da população brasileira, qual a Lei 11.645/08,

que nos faz refletir enquanto professores a questão dos conteúdos a serem ministrados nas escolas e de olhar para os indígenas como grupos étnicos, atuantes na sociedade e que estão em constantes lutas pelos seus direitos.

## Referências

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Ensino de História: a Lei N° 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. PEREIRA, Nilton Mullet. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GEDOZ, Sirlei Teresinha. PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST:EXCLAMAÇÃO: ANPUH, 2010, v. , p. 151-166.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- BONIN, Iara Tatiana. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidades? **Currículo sem Fronteiras**. Volume 10, n.1, pp.133-146, jan/jun 2010.
- BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2010.
- BRITO, Edson Machado de. **O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico**. *Fronteiras: Dourados*. v. 11, n. 20, p. 59-72, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/624/418> Acesso em 10 mar. 2016.
- BUENO, Wilma de Lara (Org.). **Pequenos historiadores: livro regional: Paraná: geografia, história, arte e cultura: 4º e 5º ano**. Positivo: Curitiba, 2014.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do livro didático de História: O que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. PEREIRA, Nilton Mullet. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GEDOZ, Sirlei Teresinha. PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST:EXCLAMAÇÃO: ANPUH, 2010, v. , p. 101-114.
- CANCELA, FRANCISCO . A Capitania de Porto Seguro: territórios, paisagens e história. In: CANCELA, Francisco. (Org.). **História da Capitania de Porto Seguro: novos estudos sobre a Bahia Colonial**. 1ed.Jundiá: Paco Editorial, 2016, v. 1, p. 15-40.
- CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2009.
- \_\_\_\_\_, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**. Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1990. n.2, p.177-229.
- COELHO, Mauro Cezar. **As populações indígenas no livro didático, ou a construção de um agente histórico ausente**. Caxambu: 2007. 9 páginas. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-3000-Int.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- FAUSTINO. R.C. **Políticas educacionais dos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado) PPGE/UFSC-SC, 2006.
- FREIRE, J.R.BESSA. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In: **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano** (CENESCH). n. 01, set, 2000. p.17-33.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- GOMES. Nilma Lino. O plano nacional de educação e a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas. In: DOURADO, L. F. (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. 2ª ed. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (219-261).
- MARTIUS, Karl Friedrich Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol.01, Rio de Janeiro, 1845. pp.381-395.
- MELIÁ, Bartolomeu. **Educação Indígena na Escola**, Cadernos CEDES. Ano XIX, nº 49, dezembro 1999.
- MUNDURUKU, Daniel. **Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEDUC. Secretária Municipal de Educação de Maringá. **Currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do ensino fundamental**. 2012. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/3c1871b9202b.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2016.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A história ensinada sob o império da memória**: questões de História da disciplina. *História* [online]. 2004, vol.23, n.1-2, pp.13-32. ISSN 1980-4369. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1590/S0101-](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200002)

[90742004000200002](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200002). Acesso em 20 abr. 2016.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. Pensar a história, repensar seu ensino: por que ensinar o passado à infância brasileira?. In: AMARO, Hudson Siqueira. RODRIGUES, Isabel Cristina (Org.). **História**: metodologia do ensino. 2ed.Maringá: EDUEM, 2012, v. 1, p. 19-40.

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos indígenas e ensino de história**: memória, movimento e educação. In: Congresso de Leitura do Brasil, 17. Campinas, 2009.